

SETE PRECIOSIDADES MEDIEVAIS A DESCOBRIR E A VALORIZAR

Joaquim Luís Costa

Centro de Estudos do Românico e do Território | Rota do Românico

Resumo

O presente artigo visa, em primeiro lugar, dar a conhecer os arcos memoriais e marmoirais existentes (Figura 1), porque, no âmbito do património românico e gótico, são dos monumentos menos conhecidos. Se pesquisarmos nos repositórios científicos das instituições de ensino superior, constatamos a pouca literatura científica sobre eles, se comparado com o restante património medieval. Em segundo lugar, pretende evidenciar a necessidade de os valorizar em virtude de serem um ativo importante para o conhecimento histórico, para a educação patrimonial e para a promoção turístico-cultural de um território.

Sete preciosidades medievais a descobrir

Do ponto de vista arquitetónico, estes monumentos podem ser caracterizados como estruturas de volume médio e alturas diversas (Gonçalves, 1988:5), possuindo espaço elevado do solo, coberto por arco (Silva, 1998:19), podendo existir, sob o arco, uma cavidade sepulcral.

Embora exista um padrão construtivo, estes monumentos estiveram desde sempre envoltos em diversas teorias quanto às suas origens, apesar de algumas delas se basearem em tradições e lendas.

Em 1549, João de Barros aponta estes monumentos como sendo já muito antigos. Mais próximo da nossa realidade, Manuel Alvelos (1948:333) também comunga desta teoria.

Uma das razões para os autores considerarem que as origens estão relacionadas com a civilização Romana deriva de estes monumentos terem sido, quase sempre, construídos junto de vias de comunicação romanas e do costume desta civilização de fazer sepultamentos junto dessas vias (Pinho, 1991:75).

Outra teoria atribui a sua construção para os séculos da ocupação árabe, justificando com a utilização da designação “Marmouros” (Miranda, 1947:11) para

os qualificar. O desaparecido Memorial de Lordelo (Baião) era conhecido como “Arco dos Mouros”, sugerindo essa origem árabe (Vitorino, 1943:10).

Mário Real (1944:328), discordando destas teorias, defende que estes foram construídos com a finalidade de jurisdicionalmente delimitarem os territórios que pertenciam a casas monacais.

Uma outra teoria considera que estes monumentos foram espaços de sepultamento ou locais para lembrar as paragens de cortejos fúnebres de personalidades ilustres da realeza, da nobreza ou do clero, embora não se saiba em concreto a quem se destinava.

Convém salientar que, no tempo de construção destes monumentos, houve quem soubesse a razão da sua construção e/ou a quem se destinava. Não tenhamos dúvidas. Se colocarmos de parte a ideia de serem construções sigilosas, certamente os profissionais que trabalharam no estaleiro da obra sabiam porque estavam a construir esse monumento. O mestre-de-obras tinha de saber. Também os canteiros e escultores conheciam o motivo de serem pagos para construir esse imóvel. A construção de algo pressupõe uma finalidade. Por isso, sabia-se nesse momento temporal o seu propósito. A questão é que essa informação se perdeu no tempo.

Por conseguinte, todas as hipóteses que possamos avançar colidem com a falta de dados exatos sobre a sua finalidade ou personalidades associadas. Hoje em dia, dificilmente se vai conseguir chegar a uma conclusão. Uma das hipóteses, apesar de remota, de conseguimos uma aproximação à realidade medieval é procedermos a trabalhos arqueológicos e ao desmantelamento controlado dos monumentos com a finalidade de se verificar o que existe no seu interior e no subsolo. Contudo, não nos parece que sejam tarefas que possam ser realizadas consensualmente.

Deste modo, pensamos que devemos entender estes monumentos como construídos com um propósito, ainda não inteiramente esclarecido, devendo a atenção estar focada em ações que promovam a sua descoberta e a sua valorização. De seguida, descrevemos, sucintamente, cada um deles, seguindo uma ordem de norte para sul.

Arco da Campeã, Vila Real

Com o passar dos séculos, várias hipóteses surgiram sobre as origens, baseadas em tradições orais e em lendas (Costa, 2022:61). João de Barros (1549) sugere que foi sepultura de um nobre que um monarca mandou assassinar, embora o historiador não aponte o nome do nobre nem do monarca. Outra versão conta-nos que o arco

foi construído para lembrar a caça de “huma fera” no tempo em que o local estava inculto (Capela, 2006:540).

Atualmente, dificilmente chegaremos a uma conclusão. E mesmo a aproximação à sua função medieval é difícil devido às outras finalidades que teve com o passar do tempo e ao seu estado de degradação atual. As imagens incluídas neste artigo evidenciam a situação, bem como os perigos a que está sujeito. Por exemplo, no inverno, as águas do Ribeiro dos Azibais, em virtude do desvio do seu leito, transformam a calçada num autêntico rio, pondo em causa o memorial (Figura 2). De destacar que de todos os monumentos que chegaram aos nossos dias¹, este é único que não se encontra conservado.

Memorial de Alpendorada, Marco de Canaveses

Eventualmente datável para o século XII, este memorial é associado a fins funerários ou à memória de uma personalidade. Abílio Miranda (1937 *apud* Silva, 1998:20) aponta a possibilidade de ter alojado dois espaços sepulcrais: um no vão sobre a cornija e outro no espaço vago sob o arco. Designando-o por “moimento”, Santana Dionísio (1994:615) sugeriu que neste se teriam guardado as ossadas de Souzinho Álvares, alcaide-mor do castelo de Bugefa. Há quem aponte a hipótese de lembrar a memória de uma individualidade reconhecida socialmente, destacando-se Mafalda Sanches, filha de D. Sancho I, embora por vezes seja confundida com a sua avó, Mafalda de Saboia (1125-1157), mulher de D. Afonso Henriques (Costa, 2022:67).

No entanto, este monumento dá-nos uma pista para a sua atribuição a uma personalidade: na plataforma em que assenta o arco, encontra-se gravada uma espada o que permite avançar com a hipótese de ter sido construído para local de sepultamento ou de memória de um nobre.

Memorial da Ermida, Penafiel

Construído no século XIII, uma das teorias associa-o ao cortejo fúnebre de Mafalda Sanches.

Jorge Cardoso (1666:26) relata que a ex-rainha de Castela morreu em Rio Tinto², a 1 de maio de 1256, e que a própria tinha ordenado que, quando morresse, gostaria

1 Há informações da existência de outros monumentos, em Baião, com o Memorial de Lordelo, em Santo Tirso, com o Memorial de Burgães e em Lisboa, com o Arco do Pouso.

2 Há uma outra versão que argumenta que Mafalda Sanches faleceu em Tuias, Marco de Canaveses.

que a colocassem sobre a sua mula, devendo ser enterrada no local onde esta parasse. Como o animal se deslocou para o Mosteiro de Arouca, aqui foi sepultada. Depois, foram erguidos memoriais para lembrar esse percurso, sendo um deles o da Ermida.

Outra personalidade associada a este monumento é Souzinho Álvares, mencionada também para o Memorial de Alpendorada (Rosas e Barros, 2008:232).

Marmoiral do Sobrado, Castelo de Paiva

Uma das particularidades deste monumento é o de não apresentar arco, um dos elementos identificadores deste tipo de património. O monumento é formado por embasamento, por duas cabeceiras verticais e por duas lajes horizontais, encaixando a laje superior nas cabeceiras e a inferior corresponde a uma tampa sepulcral (Rosas e Barros, 2008:226).

O facto do termo *Marmoiral* ter sido usado para designar sepulturas diversas (Silva, 2021), poderá ser o motivo para a sua inclusão no âmbito das tipologias em estudo.

Embora tenha gravado na sua estrutura espadas, elemento que associamos à nobreza e, deste modo, permitir avançar com a possibilidade de a quem se destinava, este monumento é outro exemplo de como, na falta de uma razão concreta, o povo procurou motivos para justificar as suas origens.

Existe a lenda que atribuiu a sua construção a um duelo que opôs dois homens por uma bela Maria. Outras lendas remetem o monumento para lembrar Mafalda Sanches: uma delas alude a que foi aqui que corpo de Mafalda Sanches pousou na deslocação de Rio Tinto para Arouca (Pinho, 1991:75).

Como verificado para os restantes, são mais as dúvidas do que as certezas. Na nossa opinião, este monumento não foi construído para lembrar um duelo ou a memória da filha de Sancho I, mas é a sepultura de um nobre, baseando-nos nas espadas gravadas na sua estrutura.

Arco de Paradela, Tarouca

Como sucede com os demais monumentos, uma das interrogações sobre este arco incide no motivo da sua construção. As informações existentes baseiam-se na tradição, apontando-se diversos motivos, com datas entre os séculos XII ao XIV (Costa, 2022:85).

Mário Real (1964:301) considera que o Arco serviu para demarcar o couto do Mosteiro de São João de Tarouca, em virtude de aqui terminar o território de jurisdição da casa monástica.

Outros autores afirmam que o arco foi construído para receber o túmulo de Diogo Anes (?-XII), o proprietário do terreno, em 1175 (Carvalho e Pessoa, 1997-1998; Oliveira, 2006). Temos ainda a tradição que afirma que o arco foi erigido para recordar a passagem do cortejo fúnebre de D. Pedro (1285-1354), conde de Barcelos e filho bastardo do rei D. Dinis (1279-1325), que, falecido em Lalim (Carvalho e Pessoa, 1997-1998), em 1354, neste local parou a caminho do Mosteiro de Tarouca (Oliveira, 2006).

Além destas dúvidas, há ainda a interrogação se seria apenas um arco. Vários autores apontam para a existência de mais um ou dois arcos, que desapareceram (Costa, 2022:86). Ponderamos a sua construção para o século XIII.

Memorial de Santo António, Arouca

Também designado de “Arco da Rainha Santa”, “Moimento da Rainha Santa” ou “Memorial do Burgo” (Costa, 2022:91), este é um dos memoriais mais decorados.

Há estudos que apontam a sua construção para demarcar um território monacal (Alçada, 1983 e Ruão, 1996), enquanto outros estudos indicam que serviu para lembrar a memória de Mafalda Sanches, personalidade indissociável ao concelho de Arouca.

No vão do arco, existe pedra sepulcral assente em quatro colunelos, podendo indiciar a função funerária.

Memorial de Odívelas

Nogueira Gonçalves (1988:15) considerou que este é de todos os monumentos “o mais elegante”, embora esteja envolto em interrogações sobre o motivo da sua construção.

Uma das teorias defende que serviu como padrão de delimitação do couto do Mosteiro de Odívelas (Real, 1944:328). Há uma outra teoria que o relaciona com a morte de D. Dinis, pois foi neste local que se fizeram as cerimónias fúnebres ao rei (Brandão, 1672:486).

De todos os que chegaram aos nossos dias, este memorial é o que se associa mais como monumento para lembrar um evento ou a memória de uma personalidade. A estrutura que apresenta não é exequível para o recebimento de uma sepultura, exceto se falarmos de relíquias e depositadas no interior.

Pelo evidenciado, estes são monumentos únicos, existindo apenas sete (se

incluirmos o do Sobrado). Por este motivo, devemos apresentar algumas vantagens na valorização deste património e exemplos práticos de instituições que já o fazem.

Sete preciosidades medievais a valorizar

O sucesso de um concelho, ou de determinada área territorial, não se faz apenas com indústria, turismo, gastronomia e belas paisagens. Também se faz com história e património.

A valorização da história e património de um território deve passar, primeiramente, pelas ações de quem nele vive. Devemos ser os principais interessados em querer que a nossa história e património sejam conhecidos. Logo, não devemos estar à espera que as instituições locais e regionais façam esse trabalho. Estas devem fazer a sua parte, mas todos nós devemos colaborar na proteção e divulgação do nosso passado e esperar que quem nos visite reconheça a importância histórica do nosso território.

Não faltam vantagens em valorizarmos o que é nosso. Apresentemos algumas dessas vantagens e exemplos de instituições que recorrem aos memoriais e marmoirais para promover determinado território.

Para a história e memória nacional. A não ser que surjam outros, o que não se vislumbra, só restam os monumentos citados. Se não preservarmos os que existem, poderemos daqui a alguns tempos ter menos, atendendo à degradação do Arco da Campeã. Adicionalmente, há autores que consideram que estes são monumentos únicos em toda a Europa. É assim um património nacional singular que a todos pertence. Parte da nossa memória coletiva entronca neste património, porque podemos ver a forma como os nossos antepassados entendiam a memória ou a morte de determinadas personalidades.

A publicação *Arcos Memoriais e Marmoirais: da Idade Média à atualidade*, publicada em 2022, pela Rota do Românico, é exemplo desta preocupação em valorizar um património que é de todos. Quando se pensou na criação de um livro sobre este património, a Rota do Românico poderia apenas cingir-se aos três monumentos que fazem parte do projeto. Contudo, estando ciente da necessidade de divulgar a história e a memória coletiva nacional, optou-se por um estudo que abrangesse os setes monumentos, independentemente da sua localização.

Para a história e memória local. Uma das formas de se verificar a qualidade

de vida e a responsabilidade social de um território é analisar como o património é valorizado. Quem não valoriza a sua história e património não conhece as suas origens, não entende o presente e não prepara o futuro. Edmund Burke (1729-1797) escreveu que “Um povo que não conhece a sua história está condenado a repeti-la”. De facto, assim é. Quem não aprende com os erros que cometeu anteriormente vai ter a tendência para voltar a cometer esses erros. Neste caso, quem não sabe valorizar o seu património arrisca-se a perdê-lo. Um território que tenha orgulho no seu passado deve promovê-lo, mediante a sua conservação e divulgação.

Caso concreto da valorização do passado é o Município de Odivelas. É comum, nas suas publicações, mencionar o seu Memorial, pois é parte integrante da sua história (Figura 3).

Para vinculação à identidade. Certamente, os cidadãos de determinado território têm orgulho em ver o seu património valorizado. É uma forma de criar vinculação ao passado e ter orgulho na sua história. É, também, um caminho para todos, individualmente e coletivamente, ajudarem na sua divulgação e proteção. É um facto que cada vez mais os cidadãos têm consciência da necessidade de preservar o seu património. Mas também é um facto que existe ainda muito para fazer...

Os memoriais da Ermida e o de Odivelas são referências identitárias estando, aliás, no brasão desses territórios.

Para o património imaterial. Uma das características destes monumentos é estarem envoltos em lendas e mistérios. Embora muitos autores focalizem a sua atenção na verdade científica, é inegável que as lendas são indissociáveis deste património. Como fazem parte do nosso património imaterial, as lendas devem ser recolhidas, preservadas e posteriormente abordadas do ponto de vista educacional, cultural e turístico.

A experiência da Rota do Românico evidencia que os visitantes e turistas fazem questão de saber as lendas associadas aos memoriais. Quem visita o Marmoiral do Sobrado fica encantado com a lenda que sugere que a sua construção se deveu a um duelo entre dois homens pela conquista da bela Maria. O homem que ganhou o duelo casou com Maria e da união nasceu Fernando de Bulhões que conhecemos pelo nome religioso de Santo António de Lisboa!

Para o ordenamento territorial. Ao procedermos à conservação e salvaguarda

destes monumentos, estamos a valorizar a sua envolvente porque esta não é separável do monumento. Uma ação implica a outra.

Exemplo é o efetuado pela Rota do Românico nos monumentos afetos ao projeto. Se antes da integração do Memorial da Ermida na Rota do Românico o monumento estava inserido num campo agrícola, a sua conservação e salvaguarda no âmbito deste projeto, promoveu a sua conservação e, igualmente, a intervenção na envolvente, com a criação de um espaço ajardinado. Esta forma de intervir promove a valorização patrimonial, o ordenamento do território e melhora a qualidade de vida (Figura 4).

Para a promoção turístico-cultural. Quando não existe sol e mar para se atrair visitantes e turistas, o património é uma “arma” eficaz para promover um território.

Tomemos o caso dos vales do Sousa, Tâmega e Sousa, com o projeto Rota do Românico. Com base em 58 monumentos, dos quais três são memoriais, a Rota do Românico tem-se afirmado como uma âncora para o desenvolvimento turístico dessa região. Neste âmbito, os memoriais têm contribuído para esse objetivo.

Quanto a visitas turísticas aos memoriais, a Rota do Românico efetuou, entre 2015 e 2022, mais de cinquenta visitas guiadas. A estas devemos juntar as visitas livres, sem recurso a guias-intérpretes. Ou seja, se contabilizarmos os dados disponíveis, podemos considerar que há interesse em conhecer este património.

Há mais exemplos. O Arco de Paradela é sugerido como um dos locais a visitar em Tarouca pelo Turismo do Porto e Norte de Portugal.

Devido à riqueza histórica e lendária dos memoriais, este é um património excelente para a realização das mais diversas atividades culturais.

De destacar as Conversas do Museu, uma ação promovida pela Câmara Municipal de Arouca para promover o seu património cultural. Uma dessas “conversas”, realizada em março de 2022, foi dedicada aos memoriais (Figura 5).

Para a promoção económica. Para Irina Bokova (2012), “destruir a cultura prejudica as sociedades a longo prazo. Priva-as de bancos de memória coletiva, bem como de bens sociais e económicos preciosos”. A preservação e valorização do património geram uma gama de produtos e serviços que dinamizam a economia e fomentam competências especializadas com alto valor acrescentado (DRCN, 2023).

Recorrendo novamente à Rota do Românico, quem visita os monumentos deste projeto tem a tendência para almoçar/jantar num dos restaurantes da envolvente,

ficar alojado nos alojamentos turísticos locais ou fazer compras no comércio de proximidade.

Para a promoção da educação. Não basta as crianças conhecerem o património mais relevante de um país. Se quisermos criar orgulho no que é nosso e que os *adultos de amanhã* valorizem a sua terra, há a necessidade de mostrar o que existe de relevante no plano patrimonial na terra onde nasceram e/ou vivem. Deste modo, a realização de atividades educativas são importantes para criar relação com o património.

Neste âmbito, de referir as atividades do Serviço Educativo da Rota do Românico, em concreto o Projeto Pedagógico. Concebido em complementaridade com o currículo escolar, esta atividade pretende proporcionar aos alunos um dia diferente, dando-lhes a conhecer a arte românica, a sociedade e a cultura medievais do território dos vales do Sousa, Douro e Tâmega (RR, 2023). Anualmente, a Rota do Românico, em parceria com os 12 municípios do projeto, realiza seis sessões em seis turmas do 4.º Ano de cada concelho, iniciando a atividade em sala de aula, seguindo-se a visita ao monumento românico mais próximo da escola. Neste âmbito, destacamos as atividades do Projeto Pedagógico em Castelo de Paiva que possibilitou dar a conhecer o Marmoiral do Sobrado a meio milhar de alunos e a três dezenas de professores, de 2014 a 2023.

O mesmo se constata em Odivelas. O Município frequentemente efetua visitas orientadas para os alunos dos vários níveis de ensino, sendo um dos locais a visitar o Memorial.

Reflexão final

A análise a estes monumentos evidencia as mais variadas teorias para as suas origens, embora algumas delas não tenham fundamento. Todos os monumentos foram edificados entre os séculos XII ao XIV. De entre as inúmeras justificações para os remeter para estes séculos são os seus elementos decorativos, muito característicos do românico e do gótico.

Contudo, dificilmente se saberá qual a sua real finalidade, se funerários ou de memória. Podemos avançar com algumas hipóteses, mas estamos longe de respostas absolutas.

De expor, igualmente, que todos eles já passaram por momentos de desvalorização. Todavia, foram recuperados. A estes, devemos juntar todos aqueles

que desapareceram, porque não lhe deram a devida importância. Em abril de 2023, o Arco da Campeã é exemplo dessa desvalorização. A falta de atenção que lhe é dada é um caminho perigoso para o seu desaparecimento. Por conseguinte, é urgente proceder à sua valorização. Não basta saber onde está. É preciso valorizá-lo.

Percebemos que não é fácil dar a conhecer e valorizar o património. Mas os exemplos da Rota do Românico e dos municípios de Arouca e de Odivelas evidenciam que é possível o recurso a este património para a promoção de um território.

BIBLIOGRAFIA

- Alçada, M. (1983); Ruão, C. (1996) – Memorial de Santo António do Burgo. *Monumentos*. Sacavém: SIPA. [Consult. 30 set. 2021]. Disponível em <URL:http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=871>.
- Alvelos, M. (1948) – “Monumentos antigos de Viseu II: o Marmoiral de Viseu”. *Revista Beira Alta*, ano VII, n.º 4, p. 333.
- Balsa, C. (2021) – Arco Memorial da Campeã: um importante monumento para a preservação da memória coletiva da região do Marão. *Povoamento e vias de comunicação ao longo da História*. Vila Real: Biblioteca Municipal, pp. 45-79.
- Barros, J. (1549) – *Geographia d'Entre Douro e Minho e Tras-os-Montes*. Porto: Câmara Municipal, 2019. Estudo e transcrição de Joana Lencart.
- Bokova, I. (2012) – Culture in the Cross Hairs. *The New York Times*. [Consult. 20 abr. 2023]. Disponível em <URL:<https://www.nytimes.com/2012/12/03/opinion/global/cultural-sites-must-be-protected.html>>.
- Brandão, F. (1672) – *Monarchia Lusitana*. Lisboa: Oficina de Joam da Costa, vol. 6, p. 486.
- Câmara Municipal de Odivelas – *Agenda Municipal de Odivelas*. (nov. – dez. 2022), p.15; *Odivelas: revista municipal*, n.º 42 (2022), p. 44; *Serviço Educativo 2020*. Odivelas: DCT, 2020.
- Capela, J. V., Borralheiro, R. & Matos, H. (2006) – *As freguesias do distrito de Vila Real nas Memórias Paroquiais de 1758*. Braga: edição José Viriato Capela.
- Cardoso, J. (1666) – *Agiologio lusitano dos sanctos, e varoens ilustres em virtude do Reino de Portugal...*Lisboa: Oficina de Antonio Craesbeeck de Mello, tomo III, p. 26.
- Carvalho, J. (1997); Pessoa, L. (1998) – Arco da Paradela. *Monumentos*. Sacavém: SIPA. [Consult. 22 set. 2021]. Disponível em <URL:http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5011>.
- Carvalho, M. (2021) – Editorial. *Jornal Público* (25 fev.).

Costa, J. L. (2022) – *Arcos memoriais e marmoirais: da Idade Média à atualidade*. Lousada: CERT.

Dionísio, S. (1994) – *Guia de Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, vol. IV, tomo I, p. 615.

DRCN | Direção Regional de Cultura do Norte (2023) – *Património Cultural*. Vila Real: DRCN. [Consult. 20 abr. 2023]. Disponível em <URL:<https://culturannorte.gov.pt/areas-de-intervencao/patrimonio-cultural/>>.

Gonçalves, A. N. (1988) – Os Memoriais medievos, seu significado. *Revista Mundo da Arte*, II série, n.º 2, pp. 5-18.

Miranda, A. (1947) – Marmoiral. *Penafidel: Boletim da Comissão Municipal de Cultura*, vol. I, p.11.

Oliveira, C. (2006) – Arco da Paradela. In *Património Cultural*. [Consult. 21 set. 2018]. Disponível em <URL:<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/72375>>.

Pinho, M. R. M. (1991) – *Elementos para a história de Castelo de Paiva*. Castelo de Paiva: ADEP, p. 75.

Real, M. G. – Padrões históricos da Estremadura: a ‘Memória’ em Odivelas. *Boletim da Junta da Província da Estremadura*, série II, n.º 5 (1944), p. 328; Padrões históricos da Estremadura: a ‘Memória’, em Odivelas. *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*, série 2, n.ºs 61-62 (1964), p. 42; Pelourinhos da Beira Alta. *Revista da Beira Alta*, vol. 23, n.º 4 (1964), p. 301.

Rosas, L. & Barros, M. (2008) – Memorial da Ermida / Marmoiral de Sobrado. *Rota do Românico do Vale do Sousa*. Lousada: VALSOUSA, pp. 222-233.

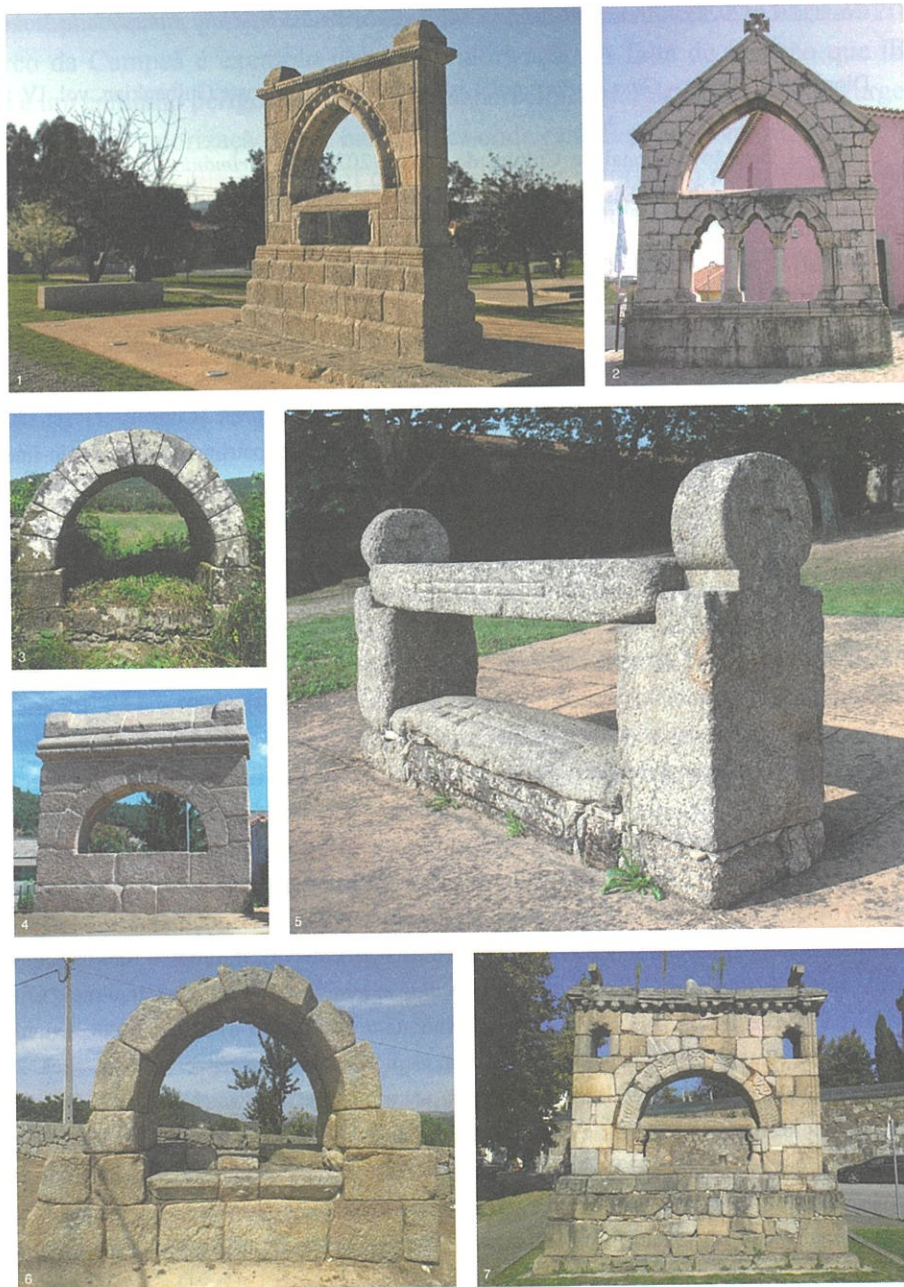
RR | Rota do Românico (2023) – Projeto Pedagógico [arquivo]. Lousada: VALSOUSA.

Sereno, I. et al. (2001-2016) – Memorial da Ermida. *Monumentos*. Sacavém: SIPA. [Consult. 30 set. 2021]. Disponível em <URL:http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5314>.

Silva, A. – O «Marmoiral» de Alpendurada (Marco de Canaveses): um tipo raro na tumultuária medieval. *Marco Histórico e Cultural: actas de eventos marcoenses*. Marco de Canaveses: Câmara Municipal, 1998, pp. 19-34; Os marmoirais medievais: uma revisitação a propósito do monumento da Campeã, Vila Real. *II Colóquio Viário do Marão*. Campeã: Junta de Freguesia da Campeã, 2021. [Consult. 13 out. 2021]. Disponível em <URL:<https://www.youtube.com/watch?v=Bek5XOv2yDY>>.

Turismo do Porto e Norte de Portugal (2023) – Arco de Paradela. *Turismo do Porto e Norte de Portugal*. [Consult. 23 abr. 2022]. Disponível em <URL: <http://www.portoenorte.pt/pt/o-que-fazer/arco-de-paradela/>>.

Vitorino, P. (1943) – Acêrca de «Os marmoirais». *Douro Litoral*, n.º 6, p. 10.



(1) Memorial da Ermida, Penafiel (2) Memorial de Odivelas, Odivelas (3) Arco da Campeã, Vila Real (4) Memorial de Alpendorada, Marco de Canaveses (5) Marmoiral de Sobrado, Castelo de Paiva (6) Arco de Paradela, Tarouca (7) Memorial de Santo António, Arouca

Fig. 1 – Os sete arcos memoriais e marmoirais. Fotos: Rota do Românico.



Fig. 2 – O inverno junto ao Arco da Campeã. Foto: Carlos Balsa.

Fig. 3 – Memorial de Odivelas.
In Odivelas: Revista Municipal,
2022.

N.º 42 | JUNHO | Revista Municipal

Memorial de Odivelas

Apesar de ser um dos mais jovens do país, o concelho de Odivelas tem um passado histórico que atravessa vários séculos. Dos diversos monumentos presentes no nosso território, nesta edição destacamos o Memorial de Odivelas.

O Memorial de Odivelas, um Monumento do Interesse Nacional também conhecido por "Cruzeiro de Odivelas", situa-se no centro histórico de Odivelas. Considerado como uma das obras mais interessantes do estilo arquitectónico Gótico em Portugal, este marco do concelho fica localizado a poucos metros do Mosteiro de Odivelas, orientado no sentido Sudoeste-Nordeste, com uma das faces voltadas para Lisboa, e outra para o Mosteiro.

Supõe-se que este monumento, presumivelmente do século XIV, assinala a passagem do corpo da Rainha D. Dinís rumo ao Mosteiro, onde viria a ser sepultado. Construído em calcário, localiza-se entre duas pedreiras de Trigueira, em fiamões, com quatro pares de colunas dando apoio aos três arcos trilobados, possui também um escudo português medieval, utilizado na Armaria até ao reinado de D. Fernando. Alguns autores também consideram que se trata de um padrão de couto que demarca limites territoriais na área jurisdicional do Mosteiro, ou um local de peregrinação, tendo integrado fronteiras de cobrança do imposto de barreira da coutada.

44 MONUMENTO EM DESTAQUE



Fig. 4 – Vista aérea do Memorial da Ermida e da envolvente. Foto: Rota do Românico.



Fig. 5 – Conversas no Museu de Arouca sobre os memoriais.